

Notas sobre o pessoal ocupado no setor agropecuário do Paraná, segundo dados censitários de 1970

SEBASTIANA RODRIGUES DE BRITO *
NELSON DE CASTRO SENRA **

1. INTRODUÇÃO

Tem-se verificado em considerável parcela da agricultura brasileira profundas transformações que vêm acarretando alterações tanto na composição de suas forças produtivas quanto nas relações de produção daí decorrentes. São mudanças que, objetivando principalmente maior produtividade e consequentemente maior ganho empresarial, ignoram muitas vezes outros aspectos das reais necessidades e potencialidades do homem do campo em sua realidade sócio-cultural e em seu meio físico.

Resultam daí modificações nas relações de produção quanto ao papel da força-de-trabalho, gerando, não raro, o aparecimento do trabalho assalariado em seguida à escravidão e o ao colonato, prosseguindo, assim, a evolução geral do capitalismo no campo. Neste processo mais e mais se verifica a substituição da força-de-trabalho assalariado permanente pela de caráter temporário (conhecido como trabalhador volante ou bóia-fria), num agravamento de problemas sociais no campo.

Numa tentativa de explicação desse fenômeno, observa-se que condições econômicas favoráveis de colocação da produção em mercado, seja interno ou externo, elevam o preço da terra¹, tornando custoso

* Sem implicá-los em possíveis erros deste trabalho, os autores agradecem a Oscar Lopes Teixeira, Gilda Maria de Carvalho e Ana Maria Daou pela colaboração técnica e sugestões.

** Técnicos da Fundação IBGE. As idéias aqui expostas são dos autores, não representando necessariamente a da instituição a que pertencem.

I Ver tabela 1, onde se observa que, mesmo considerando apenas os semestres de 1970, já é considerável o aumento de preços. Para uma série mais longa — 1966/73 — reporte-se a *Conjuntura Econômica*, vol. 28, jun., 1974.

para o proprietário rural manter unidades de terra à margem do pleno processo de produção. Assim, antigas terras, exploradas em formas de parceria e outras, são efetivamente incorporadas ao processo de produção, passando-se, então, à utilização de trabalho assalariado. Ademais desta explicação, outras peculiaridades contribuem para o aceleração dessas transformações nas relações de trabalho no campo, atingindo-se a forma mais moderna de trabalho assalariado, qual seja a de caráter temporário.

Este processo evolutivo de surgimento do trabalhador volante ou bóia-fria na agricultura brasileira tem recebido profunda atenção de inúmeros pesquisadores, resultando diversos trabalhos sobre diferentes áreas do País.

Sendo um fato social relativamente recente e de tal ordem complexo exige, para a sua compreensão, levantamento direto de informações no campo. Estas notas, que se apóiam tão somente em dados censitários, não se constituirão propriamente de um estudo específico sobre este problema no Estado do Paraná, tratando-se apenas da apresentação de um conjunto de informações que possam contribuir para a sua compreensão no momento atual.

2. OS DADOS E O TRATAMENTO ESTATÍSTICO

Os dados utilizados como base destas notas resultaram de tabulação especial do Censo Demográfico de 1970, apresentando o pessoal ocupado no setor agropecuário do Estado do Paraná, segundo a posição na ocupação, o domicílio e o rendimento mensal, por microrregiões homogêneas. Foram ainda utilizadas informações estatísticas do Censo Agropecuário de 1970, complementando aquelas informações especiais.

TABELA 1

Preços Médios de Arrendamento em Dinheiro e Vendas de Terras Agrícolas no Paraná — 1970

PREÇO MÉDIO ESTADUAL	ARRENDAMENTO		VENDA				
	Lavouras	Expl. Animais	Lavouras	Campos	Pastagens	Matas	
1970 1º. Semestre	Cr\$ ha 1966 = 100	91,53 427	71,23 237	506,25 218	313,45 293	410,98 222	500,31 237
1970 2º. Semestre	Cr\$ ha 1966 = 100	104,25 485	102,69 342	554,45 239	363,71 340	459,68 249	550,92 261

FONTE: Fundação Getúlio Vargas, *Conjuntura Econômica* vol. 28, jun. 1974.

De modo a evitar dúvidas, convém esclarecer o significado, para o Censo, de cada uma das variáveis adiante analisadas.

Quanto à *posição na ocupação* foram investigadas as pessoas com 10 (dez) anos e mais que tenham trabalhado nos doze meses anteriores à data do Censo, mesmo que na referida data estivessem desempregados, em gozo de licença ou férias, presas aguardando julgamento, ou estivessem procurando trabalho pela primeira vez.

Classificaram-se as pessoas quanto à posição na ocupação habitual, ou seja, aquela exercida durante a maior parte do ano anterior à data do Censo, em:

— empregados, assim entendidos os que trabalhavam mediante remuneração em dinheiro, espécie ou utilidade;

— empregadores, os que exploravam, com recursos próprios, uma atividade econômica com auxílio de um ou mais empregados;

— conta própria, ou autônomos, os que exerciam sua atividade individualmente ou com auxílio de pessoas da família, sendo estas não remuneradas em dinheiro;

— parceiro ou meeiro, os que exploravam uma atividade econômica com certa autonomia, pagando pela exploração uma parte da produção, individualmente ou com ajuda, sem remuneração em dinheiro, de pessoas da família;

— não remuneradas, as pessoas que, sem remuneração, auxiliavam o trabalho de pessoas da família, que trabalhavam nesta mesma condição para instituições religiosas e beneficentes e os que estavam procurando trabalho pela primeira vez.

Foram considerados, quanto a *situação do domicílio*, como urbano quando o domicílio estava localizado em área correspondente às cidades (sedes municipais) ou às vilas (sedes distritais) e, como rural, quando o domicílio estava localizado em área situada fora dos limites das cidades e vilas.

Quanto ao *rendimento mensal*, considerado como ganho pessoal, foram tomadas sete classes, sendo cinco monetárias (menos de 100, 100 a menos de 200, 200 a menos de 400, 400 a menos de 800, 800 e mais) e duas não monetárias (sem declaração e sem rendimento). Como “sem declaração” foram consideradas as pessoas que não responderam ao quesito específico, mas cujas informações sobre as demais características econômicas indicavam a existência de rendimento; e como “sem rendimento” foram consideradas não só as pessoas que declararam expressamente esta situação como também as que, embora sem declaração expressa, responderam às demais perguntas sobre as características econômicas de forma a admitir-se a inexistência de rendimentos.

Os dados para cada tabela foram tratados em termos de porcentagens tomadas sempre em relação ao total do Estado, procurando-se ver como este total se distribuía pelas microrregiões. O aparecimento de zeros nas tabelas significa apenas que o valor percentual encontrado estava abaixo da grandeza escolhida, sendo ainda esta a razão por que o total geral nas tabelas não soma cem.

3. A REGIÃO ²

A ocupação de grande parte das terras do Paraná se efetivou em época relativamente recente, constituindo-se, na posição norte desse Estado, em um processo de expansão da fronteira agrícola a partir de São Paulo e incorporando-se ao desenvolvimento da economia paulista, e na porção sudoeste e oeste, um processo de expansão da economia colonial a partir de regiões dos estados situados mais ao sul: Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

2 Na elaboração desta seção os autores agradecem a colaboração especial do geógrafo Ney Rodrigues Innocencio.

A expansão da economia paulista, notadamente como consequência da considerável riqueza da economia cafeeira, veio se somar ao processo já em curso da colonização da região paranaense.

Do ponto de vista histórico, os processos de ocupação do Paraná, que antecederam à expansão da economia cafeeira, não tiveram a mesma relevância apresentada por esta. Assim, as primeiras atividades ligadas à exploração de ouro, desenvolvidas a partir da metade do século XVII, especialmente no litoral e nas aluviões do Ribeira de Iguape, e que deram origem ao processo de ocupação da área, revelaram-se de efêmera duração. Por outro lado, teve início a expansão da pecuária como atividade paralela à mineração e que, se expandindo até aos campos naturais do planalto, deu origem a uma estrutura fundiária cujas características persistem até à época atual. A predominância de extensos latifúndios, onde se desenvolve uma pecuária de caráter extensivo, é ainda um traço característico de muitas áreas campestres do estado, e não deu margem ao aparecimento de fortes densidades demográficas.

No que se refere à agricultura, pode-se afirmar também que até o século XIX não exerceu papel relevante no processo de povoamento. É a partir do momento em que, como os demais estados do sul do País, passou a receber grandes contingentes de migrantes europeus, que se iniciaram atividades agrícolas de certa relevância, dando origem à ocupação mais intensa de certas áreas. No litoral as condições naturais adversas, representadas sobretudo pelo clima e moléstia tropicais, foram responsáveis pelo fracasso do processo de colonização; ainda nos dias atuais a região tem uma agricultura pouco expressiva. Já no planalto, com o estabelecimento de pequenas colônias de imigrantes nas proximidades de Curitiba (MRH 268), Ponta Grossa e Castro (MRH 273), as quais se ligavam por estradas carroçáveis, permitindo-lhes intercâmbio comercial mais favorável, a agricultura passou a ter uma participação mais significativa na economia do estado, mas não chegou a determinar um ciclo econômico importante. Paralelamente, nesse período, foi o extrativismo que representava a atividade mais expressiva do ponto de vista econômico. A erva-mate, que contava com o mercado dos países platinos, manteve-se num período longo, aproximadamente desde 1830 até mais ou menos 1925. Todavia, ela não concorreu como fator de povoamento intenso, visto que exigia pouca mão-de-obra nos latifúndios ervateiros.

A partir de 1920, com a perda da importância do mercado platino, há um decréscimo nessa atividade, sendo em seguida substituída pela extração da madeira. Embora esta se processasse paralelamente às atividades agrícolas e ervateira desde o século anterior, foi, contudo, a partir de 1920 que ela alcança grande significado, não somente devido ao crescimento do mercado interno como também em decorrência da demanda européia de madeira para a construção no após-guerra. Mas, da mesma forma que a atividade extrativa da erva-mate, o ciclo da madeira não se constituiu em fator relevante de povoamento; a população engajada nesta atividade se caracterizava por grande instabilidade, já que uma vez esgotados os recursos de uma área se deslocava para outras.

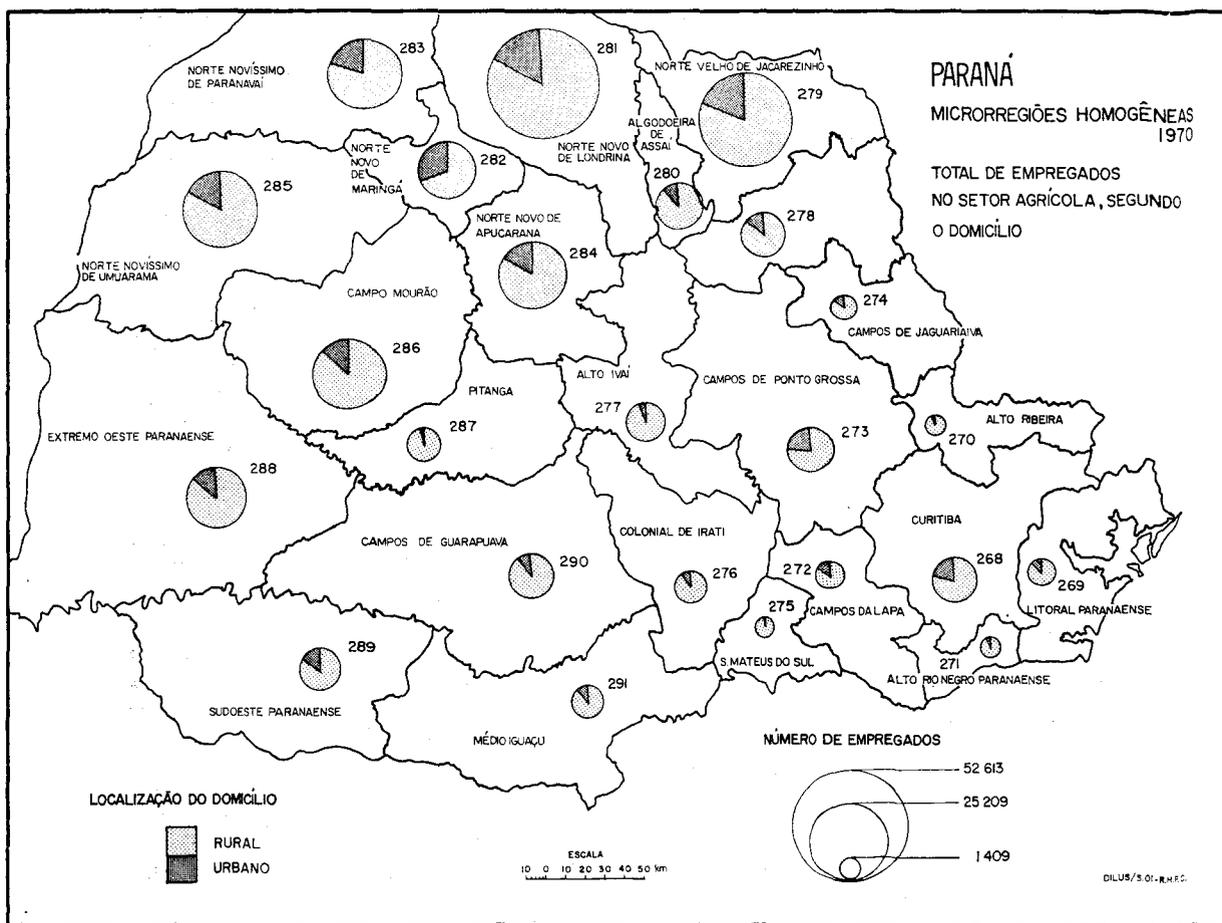
Foi somente através da agricultura, com a cultura do café, que o Paraná vai conseguir o estabelecimento de núcleos estáveis de população, como também de maiores adensamentos demográficos. Embora o café tivesse sido aí introduzido desde a segunda metade do século XIX, sua importância na economia do estado se dá a partir da década de 40, no século atual, quando ocorre sua expansão pelas áreas de terra roxa do planalto norte paranaense, até então pouco povoado. O norte velho,

constituído atualmente pelas microrregiões Norte Velho de Venceslau Braz (MRH 278) e Norte Velho de Jacarezinho (MRH 279), começou a ser ocupado desde o século passado, podendo ser considerado como um prolongamento da economia cafeeira paulista, cujo processo de acumulação permitiu a transferência de capitais desta área para o Paraná. Note-se que esta expansão da lavoura cafeeira paulista se deu com a ocupação de grandes extensões de terra. Até os dias atuais, o café continua sendo atividade importante, baseada em grandes propriedades e no trabalho assalariado; a cultura do algodão foi aí introduzida, baseada sobretudo em exploração na forma de parceria.

No norte novo, constituído pelas microrregiões Norte Novo de Londrina (MRH 281), Norte Novo de Maringá (MRH 282) e Norte Novo de Apucarana (MRH 284), a expansão do café se deu como um prolongamento do processo desencadeado no Norte Velho, e se tornou possível graças aos projetos de colonização baseada na mão-de-obra agrícola nacional. As terras foram divididas em pequenos lotes, plantando-se café nas partes mais altas e, paralelamente, se desenvolveu a pecuária nas propriedades maiores. Mais tarde intensificou-se a cultura do algodão e do arroz em bases empresariais, complementadas pelas culturas do milho e feijão que se expandiram rumo ao oeste. Importantes mudanças têm atingido o norte paranaense do ponto de vista da estrutura da produção rural. Se, em muitos casos, a pecuária começou a substituir certos produtos como o café ou outras culturas agrícolas, onde se criaram áreas de pastagens artificiais, na época atual a soja ocupa posição de destaque também em muitas áreas outrora ocupadas pelo café. O oeste e sudoeste do estado, antes ocupados com uma população rarefeita, sofreram o impacto da colonização vinda do norte e dos fluxos migratórios procedentes do sul. Através desta corrente vinda do sul, sobretudo de alemães e italianos, foram estabelecidas culturas temporárias, em regime de pequenas propriedades; dentre os produtos mais importadores destacam-se o milho e a criação de suínos, embora recentemente o trigo e a soja se encontrem em expansão na área. A corrente de povoamento vinda do norte se voltou mais para as lavouras de café, algodão e de alguns alimentos básicos, desenvolvidas em pequenas e médias propriedades.

Resta ainda ressaltar que nas microrregiões de Campos de Ponta Grossa (MRH 273) e dos Campos de Guarapuava (MRH 290) ocorre um fenômeno importante, pois eram áreas voltadas para a pecuária e estão sendo substituídas por culturas de trigo, arroz e soja, cultivadas em moldes empresariais, com base em tecnologia moderna. Fato constante nestas áreas foi também o sistema de arrendamento de terras para lavouras e depois devolvidas aos proprietários, com pastos formados, para o estabelecimento da pecuária.

De modo geral, a agricultura paranaense ainda se baseia na cultura do café e na policultura. Com a diversificação, sobretudo das exportações para o mercado externo, a expansão capitalista se intensifica mais e mais em certas áreas do estado, onde se desenvolvem técnicas mais modernas de utilização da terra e, conseqüentemente, provoca mudanças nas relações de trabalho inerentes ao sistema de produção. A evolução da agricultura em moldes capitalistas vai exigir transformações nas formas de organização da produção, tendo-se em vista a maior eficiência dos recursos. Do ponto de vista histórico, pôde-se ver que os objetivos econômicos determinaram os processos de ocupação da terra e os movimentos populacionais na área em questão; são estes objetivos que também vão determinar todas as modificações nas categorias de utilização da mão-de-obra aí inserida.



4. PESSOAL OCUPADO SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Este processo histórico de ocupação do Paraná, com suas transformações econômicas, deu origem a uma composição do pessoal ocupado no setor agropecuário que passamos a analisar, tendo por base dados censitários de 1970.

A distribuição, por posição na ocupação, do pessoal ocupado no setor primário apresenta o predomínio do trabalhador por conta própria e dos não remunerados, com a participação, respectivamente, de 32,37% e 30,89% sobre o total do estado. Seguem-se os empregados e os parceiros, apresentando, respectivamente, 19,26% e 16,00% do total do pessoal ocupado no setor primário do estado. A participação dos empregados é de apenas 1,25% (tabela 2).

Observa-se que a participação relativa dos empregados é maior, em ordem decrescente de importância, nas microrregiões Norte Novo de Londrina, (MRH 281) Norte Velho de Jacarezinho (MRH 279), Norte Novíssimo de Umuarama (MRH 285) e Norte Novíssimo de Paranavaí (MRH 283). Já os trabalhadores por conta própria aparecem mais nas microrregiões Extremo Oeste Paranaense (MRH 288) Norte Novíssimo de Umuarama (MRH 285), Campo Mourão (MHR 286) e Norte Novo

TABELA 2

Percentual, Sobre o Total do Estado, do Pessoal Ocupado no Setor Primário por Posição na Ocupação e Situação de Domicílio, Segundo as Microrregiões Homogêneas — 1970

ESTADO E MRH	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO										TOTAIS		
	Empregados		Conta Própria		Parceiros		Empregadores		Não Remunerados		U	R	Geral
	U	R	U	R	U	R	U	R	U	R			
PARANÁ	3,04	16,82	2,68	29,88	0,59	16,05	0,29	1,09	0,74	28,94	7,34	92,58	99,92
268	0,13	0,49	0,15	1,12	0,01	0,07	0,02	0,02	0,02	0,40	0,33	2,10	2,43
269	0,01	0,13	0,07	0,30	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,07	0,08	0,51	0,59
270	0,00	0,09	0,01	0,25	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,14	0,01	0,51	0,52
271	0,01	0,09	0,01	0,24	0,00	0,04	0,00	0,01	0,00	0,21	0,02	0,59	0,61
272	0,03	0,21	0,03	0,44	0,00	0,04	0,00	0,01	0,01	0,18	0,07	0,88	0,95
273	0,12	0,44	0,07	0,64	0,00	0,01	0,01	0,02	0,01	0,17	0,21	1,28	1,49
274	0,02	0,16	0,02	0,22	0,00	0,07	0,00	0,01	0,00	0,05	0,04	0,51	0,55
275	0,00	0,13	0,01	0,35	—	0,03	0,00	0,01	0,00	0,16	0,01	0,68	0,69
276	0,03	0,29	0,06	1,13	0,01	0,09	0,00	0,01	0,02	0,53	0,12	2,05	2,17
277	0,02	0,41	0,03	0,76	0,00	0,06	0,00	0,01	0,01	0,55	0,06	1,79	1,85
278	0,07	0,49	0,10	1,23	0,05	0,58	0,01	0,04	0,03	0,90	0,26	3,24	3,50
279	0,49	2,13	0,14	0,85	0,03	1,16	0,03	0,07	0,05	1,26	0,74	5,47	6,21
280	0,06	0,44	0,03	0,49	0,02	0,42	0,00	0,04	0,02	0,54	0,13	1,93	2,06
281	0,59	3,06	0,28	1,00	0,10	1,58	0,07	0,11	0,07	1,69	1,11	7,44	8,55
282	0,24	0,56	0,13	0,64	0,05	1,10	0,03	0,04	0,05	1,37	0,50	3,71	4,21
283	0,29	1,24	0,23	0,92	0,04	0,95	0,04	0,06	0,05	1,20	0,65	4,38	5,03
284	0,19	1,06	0,14	1,57	0,07	2,31	0,02	0,11	0,04	2,79	0,46	7,84	8,30
285	0,27	1,49	0,29	3,06	0,08	2,68	0,02	0,13	0,09	3,63	0,75	10,99	11,74
286	0,18	1,31	0,23	2,43	0,07	2,40	0,01	0,12	0,04	2,57	0,55	8,89	9,42
287	0,01	0,30	0,03	0,93	0,00	0,13	0,00	0,02	0,00	0,66	0,04	2,04	2,08
288	0,14	1,00	0,30	5,56	0,04	1,83	0,01	0,15	0,13	5,26	0,62	13,80	14,42
289	0,06	0,38	0,21	3,83	0,02	0,38	0,00	0,06	0,09	3,83	0,38	8,48	8,86
290	0,05	0,49	0,06	1,19	0,00	0,05	0,01	0,03	0,01	0,42	0,15	2,18	2,33
291	0,03	0,23	0,03	0,66	0,00	0,03	0,01	0,01	0,00	0,36	0,07	1,29	1,26

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970 (Tabulação Especial)

de Apucarana (MRH 284) e os parceiros nas microrregiões Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão, Norte Novo de Apucarana, Extremo Oeste Paranaense, Norte Novo de Londrina e Norte Velho de Jacarezinho. Os empregadores aparecem mais nas microrregiões Extremo Oeste Paranaense, Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão e Norte Novo de Apucarana e os não remunerados nas microrregiões Extremo Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense, Norte Novo de Apucarana, Campo Mourão e Norte Novo de Londrina.

Esta situação mostra claramente a coexistência de formas diversificadas de relações de produção, desde aquelas bem avançadas, como, por exemplo, as de empregador e empregado, até aquelas anteriores a um pleno desenvolvimento capitalista no campo, como seja a forma de parceria. Esta observação torna-se ainda mais pertinente se levarmos em conta a distribuição do pessoal não remunerado com seus elevados percentuais.

Estas características são mais facilmente compreendidas quando se considera que as microrregiões acima ressaltadas se localizam no

norte e no oeste do estado e parte do sudoeste, justamente onde se desenvolve e se acentua cada vez mais uma agricultura comercial, principalmente voltada à exportação e onde também parcela da agricultura se destina à subsistência. Veja-se, por exemplo, na tabela 8, em anexo, que dentre alguns produtos agrícolas mais importantes na economia do estado, alguns destinados mais à exportação, há maior destaque na sua produção nesse conjunto de microrregiões situadas ao norte, oeste e sudoeste. Assim, em 1970, o café se destaca nas microrregiões do Norte Velho de Jacarezinho, Norte Velho de Londrina, Norte Velho de Venceslau Brás, Norte Novíssimo de Umuarama e Campo Mourão; a soja, nas microrregiões do Extremo Oeste Paranaense, Campo Mourão, Norte Velho de Jacarezinho e Norte Novíssimo de Umuarama; o algodão, nas microrregiões de Campo Mourão, Norte Novo de Londrina e Norte Novíssimo de Umuarama; o arroz, nas microrregiões de Campo Mourão, Extremo Oeste Paranaense e Norte Velho de Jacarezinho; o milho se destaca nas microrregiões do Extremo Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense e Campo Mourão. Esses produtos, cultivados em moldes empresariais, tenderiam a exigir o estabelecimento de relações de trabalho mais modernas. Assim, as relações assalariadas se explicam pela expansão da agricultura mais capitalista, enquanto que os trabalhadores por conta própria e os não remunerados seriam consequência da prática de agricultura de subsistência. Do outro lado, a parceria, constituindo-se numa forma pré-capitalista de produção, aparece sobretudo nas áreas de ocupação mais recente e que tenderia ao retrocesso, pois condições econômicas e demográficas poderiam conduzir à adoção gradativa de trabalho assalariado. Esta aparente contradição é fruto da complexidade da agricultura brasileira, exigindo, para sua perfeita compreensão, um conjunto mais amplo de informações.

Quanto à situação de domicílio do pessoal ocupado, predomina o rural com 92,58%, sendo o urbano apenas 7,34%. Na situação de domicílio rural destacam-se as microrregiões do Extremo Oeste Paranaense, Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão, Sudoeste Paranaense, Norte Novo de Apucarana, Norte Novo de Londrina e Norte Novo de Jacarezinho e, quanto ao domicílio urbano, não obstante as baixas porcentagens, salientam-se as microrregiões Norte Novo de Londrina, Norte Velho de Jacarezinho, Norte Novíssimo de Umuarama, Norte Novíssimo de Paranavaí e Extremo Oeste Paranaense.

Há que se destacar que os empregados com domicílio urbano contribuem com 3,04% no total de 7,34% do pessoal ocupado com domicílio urbano. No total de 3,04% as microrregiões Norte Novo de Londrina, Norte Velho de Jacarezinho, Norte Novíssimo de Umuarama, Norte Novíssimo de Paranavaí e Extremo Oeste Paranaense contribuem com 1,98%. Uma vez que uma das características do bóia-fria é ter domicílio urbano, pode-se concluir que em 1970 já havia indícios da emergência deste fenômeno social nesta região do estado, a mesma área onde hoje há maior incidência.

Em síntese, as microrregiões Norte Velho de Jacarezinho, Norte Novo de Londrina, Norte Novíssimo de Paranavaí, Norte Novo de Apucarana, Norte Novíssimo de Umuarama, Campo Mourão, Extremo Oeste Paranaense e Sudoeste Paranaense apresentam características mais ou menos similares quanto à distribuição do pessoal ocupado, seja quanto à posição na ocupação seja quanto à situação de domicílio. De modo a ampliar o conjunto de conhecimento sobre esta situação, tomaram-se do Censo Agropecuário de 1970 informações sobre a estrutura fundiária e o emprego de força (humana, animal, mecânica e animal e mecânica) nos trabalhos agrícolas.

Da totalidade das terras que formavam os estabelecimentos, 29,50% estavam na classe de 20 a menos de 100 ha, 22,8% na classe de menos de 20 ha e 21,41% na de 100 a menos de 500 ha. A classe de 1.000 a menos de 5.000 ha participa com 13,10%, a de 500 a menos de 1.000 ha com 7,45% e acima de 5.000 ha com 5,58% (tabela 3).

TABELA 3

Percentual, Sobre a Área Total do Estado, dos Grupos de Área Segundo as Microrregiões — 1970

ESTADO e MRH	GRUPOS DE ÁREA (ha)							
	Área Total	Menos de 20	20 — 100	100 — 500	500 — 1.000	1.000 — 5.000	5.000 — 10.000	10.000 e mais
PARANÁ	100,00	22,87	29,59	21,41	7,45	13,10	2,59	2,99
268	2,68	0,62	1,10	0,67	0,11	0,18	—	—
269	0,55	0,09	0,18	0,10	0,04	0,07	0,07	—
270	1,10	0,10	0,37	0,42	0,06	0,10	0,05	—
271	0,49	0,19	0,23	0,06	0,01	—	—	—
272	2,16	0,22	0,66	0,54	0,15	0,44	0,15	—
273	6,29	0,23	0,85	1,24	0,76	1,67	0,28	1,26
274	2,22	0,12	0,29	0,42	0,19	0,59	0,37	0,25
275	1,03	0,24	0,39	0,23	0,09	0,08	—	—
276	3,39	0,78	1,60	0,54	0,13	0,27	0,07	—
277	3,20	0,38	1,08	1,14	0,24	0,29	—	0,07
278	3,16	0,80	1,04	0,73	0,29	0,30	—	—
279	4,48	0,94	0,91	1,19	0,58	0,76	0,10	—
280	1,18	0,39	0,43	0,21	0,03	0,12	—	—
281	6,59	1,30	1,80	1,76	0,61	1,00	0,12	—
282	2,29	1,09	0,72	0,34	0,07	0,03	0,04	—
283	6,58	1,05	1,29	1,80	0,84	1,37	0,17	0,07
284	4,13	2,00	0,87	0,69	0,20	0,25	—	0,12
285	7,70	3,07	1,52	1,31	0,50	1,14	0,06	—
286	6,62	2,34	1,72	1,26	0,43	0,58	0,06	0,23
287	3,24	0,43	1,38	0,94	0,17	0,31	0,01	—
288	11,05	3,52	4,30	1,58	0,50	0,91	0,24	—
289	6,96	2,19	3,64	0,79	0,11	0,15	0,08	—
290	8,01	0,47	1,84	2,32	0,82	1,43	0,27	0,85
291	4,90	0,31	1,39	1,03	0,52	1,07	0,45	0,13

FONTES: IBGE, Censo Agropecuário, 1970

Veja-se, na figura 1, que o conjunto de microrregiões anteriormente salientado apresenta significativamente propriedades pequenas e médias. Ressalta-se um predomínio de pequenas propriedades nas microrregiões Extremo Oeste Paranaense, Norte Novíssimo de Umurama, Campo Mourão e Sudoeste Paranaense e de média nas microrregiões Norte Novíssimo de Paranavaí, Extremo Oeste Paranaense, Sudoeste Paranaense, Campo Mourão e Norte Novo de Londrina. Por outro lado as microrregiões Norte Novíssimo de Paranavaí, Norte Novíssimo de Umurama e Norte Novo de Londrina apresentam também propriedades no grupo de área acima de 5.000 ha.

Quanto ao emprego de força nos trabalhos agrícolas (plantio e colheita, derrubada de matas, destocamento, preparo de solos e outros semelhantes), 45,81% dos estabelecimentos do estado usavam apenas a força humana e 43,84%, a força animal. Somente 5,92% e 2,92% dos estabelecimentos usavam, respectivamente, força animal e mecânica e força mecânica (tabela 4).

TABELA 4

Percentual, Sobre o Estado, dos Estabelecimento Segundo o Emprego de Força nos Trabalhos Agrícolas por Microrregiões — 1970

ESTADO e MRH	EMPREGO DE FORÇA				TOTAL
	Humana	Mecânica	Animal	Animal e Mecânica	
PARANÁ	45,81	2,92	43,84	5,92	98,49
268	0,21	0,06	2,27	0,10	2,64
269	0,36	0,01	0,01	0,00	0,38
270	0,64	0,00	0,01	0,00	0,65
271	0,15	0,00	0,76	0,03	0,94
272	0,20	0,02	0,99	0,06	1,27
273	0,69	0,09	0,53	0,04	1,35
274	0,33	0,02	0,31	0,02	0,68
275	0,21	0,00	0,89	0,01	1,11
276	0,65	0,01	2,14	0,04	2,84
277	1,25	0,01	0,89	0,02	2,17
278	1,13	0,02	2,51	0,09	3,75
279	0,96	0,14	1,86	1,04	4,00
280	0,45	0,07	0,78	0,36	1,66
281	2,03	0,29	2,53	0,47	5,32
282	1,36	0,17	1,94	3,34	3,81
283	2,39	0,08	1,85	0,13	4,45
284	6,11	0,15	1,76	0,16	8,18
285	7,40	0,08	4,35	0,16	11,99
286	5,71	0,21	3,65	0,34	9,91
287	1,00	0,02	1,37	0,05	2,44
288	7,90	1,28	4,16	1,55	14,89
289	2,62	0,03	5,72	0,73	9,10
290	1,34	0,14	1,41	0,09	2,98
291	0,72	0,02	1,15	0,09	1,98

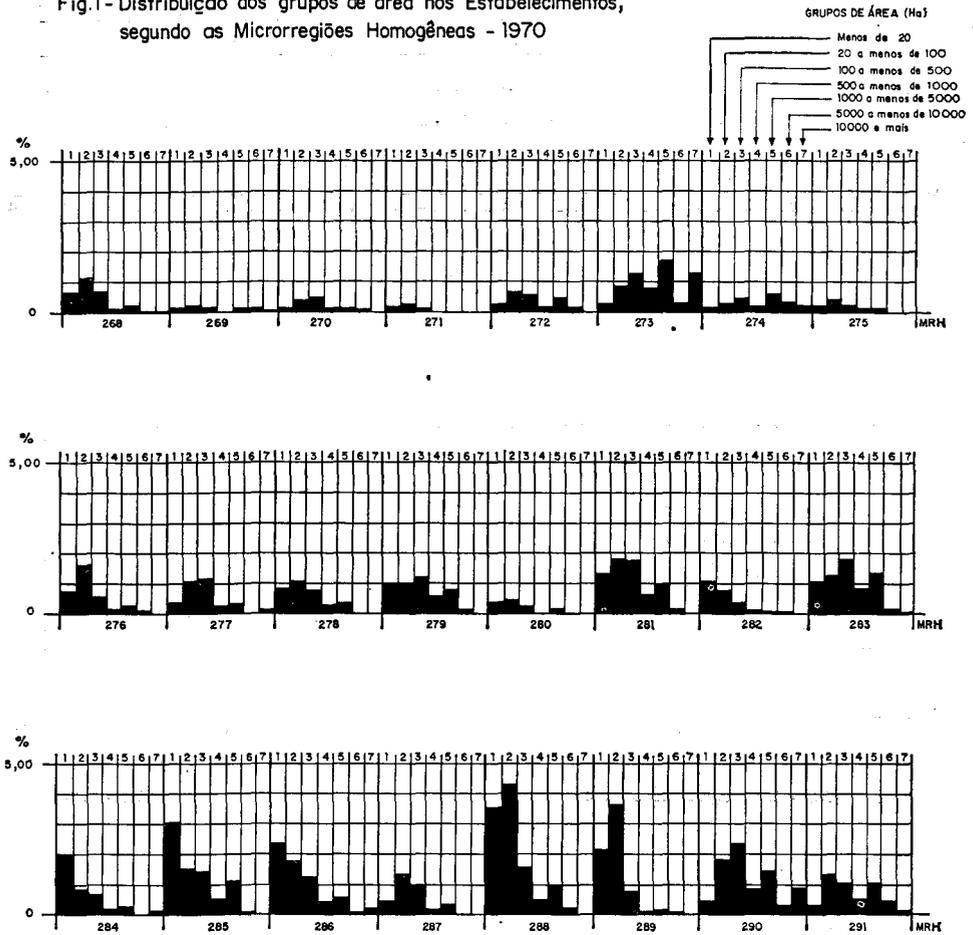
FONTE: IBGE, Censo Agropecuário, 1970

Sobressai na figura 2 o emprego de força humana e de força animal no conjunto de microrregiões do norte e do oeste, anteriormente salientado. Observa-se ainda a participação das microrregiões Norte Novo de Londrina e Norte Velho de Jacarezinho quanto ao uso de força animal e mecânica e de força mecânica.

O aparecimento do trabalhador por conta própria se dá com mais frequência nas microrregiões com pequenos estabelecimentos (menos de 20 ha), salientando-se os parceiros naquelas com média propriedade

(área entre 20 e 100 e entre 100 e 500 ha). Nestas mesmas microrregiões ocorre mais o emprego da força humana e da força animal. Fazendo corresponder as explorações por conta própria o uso da força animal, ter-se-ia uma agricultura melhorada, contudo não se pode, com os dados disponíveis, afirmar tal correlação. É possível, ainda, salientar a maior incidência de empregados nas microrregiões onde aparecem grandes propriedades e se emprega força animal e mecânica.

Fig.1 - Distribuição dos grupos de área nos Estabelecimentos, segundo as Microrregiões Homogêneas - 1970

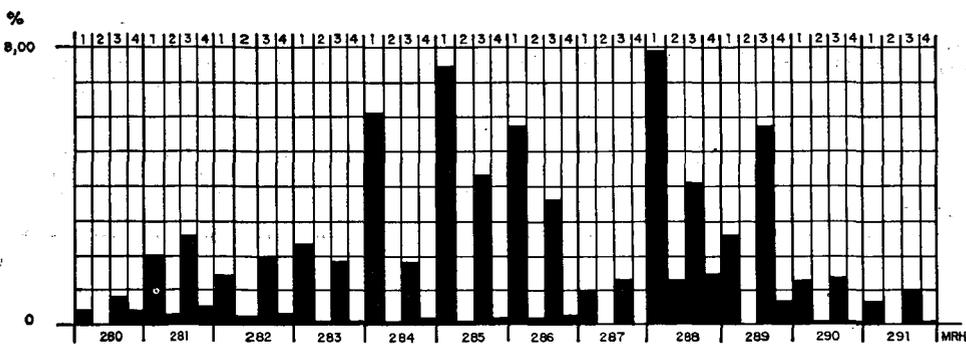
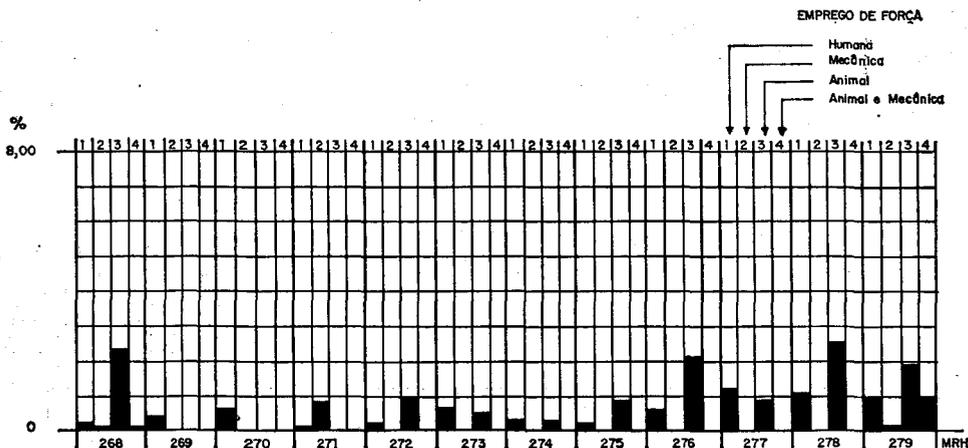


Fonte: IBGE - Censo agropecuário - 1970

DILUS/S.01 - M.J. S.A.

Assim, como uma natural resultante do processo histórico de ocupação da região, observa-se certa correlação entre a composição do pessoal ocupado, a estrutura fundiária e o emprego de força nos trabalhos agrícolas. Contudo, convém deixar claro que a agricultura paranaense, tanto quanto a brasileira, apresenta considerável grau de complexidade, jamais permitindo, nas tentativas de sua compreensão, a aplicação pura e simples de um modelo teórico previamente estabelecido. Daí que as inferências aqui feitas o são mais como tendências gerais do que como evidências precisas.

Fig.2 - Distribuição do emprego de força nos trabalhos agrícolas, segundo as Microrregiões Homogêneas - 1970.



Fonte: IBGE - Censo agropecuário - 1970.

DILUS/S.01 - M.J.S.A.

5. PESSOAL OCUPADO SEGUNDO O RENDIMENTO MENSAL

O rendimento mensal aqui apresentado na forma de ganho pessoal pode ser tomado como um indicador da possibilidade de participação do pessoal ocupado na estrutura de consumo, ou ainda do grau de seu envolvimento na economia monetária.

Quando em condições de limitados ganhos monetários, o homem do campo vê-se atrelado a uma economia de subsistência, não raro em condições precárias, privando-se da possibilidade de alcançar um conjunto de mercadorias para consumo mais diversificado e de melhor qualidade.

Evidencia-se, no conjunto do estado, uma situação de predomínio de baixo nível de ganho pessoal, não estando mesmo longe da situação teórica anteriormente observada. Conforme a tabela 5, 23,47% não tinham rendimento, na melhor das hipóteses recebendo em espécie, po-

dendo ser simples colaboradores familiares. Além disso, 26,45% do pessoal ocupado recebia menos de 100 cruzeiros mensais e 31,67% com ganhos entre 100 e 200 cruzeiros. À guisa de comparação, registre-se que o salário-mínimo na época, em Curitiba, era de 170,40 cruzeiros.

TABELA 5

Percentual, Sobre o Estado, do Pessoal Ocupado no Setor Primário por Classes de Rendimento Mensal, Paraná — 1970

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	TOTAL	CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (Cr\$)						
		Menos de 100	100 — 200	200 — 400	400 — 800	800 e mais	Sem Rendimento	Sem Declaração
Empregado	19,26	8,75	8,09	0,89	0,10	0,01	—	0,42
Parceiro	16,00	8,83	7,28	1,30	0,20	0,02	—	0,37
Conta Própria	32,37	10,65	14,60	4,79	1,39	0,22	—	0,73
Empregador	1,25	0,11	0,34	0,24	0,20	0,35	—	0,01
Não Remunerado	30,83	0,11	0,36	0,28	0,24	0,36	29,47	0,01
Sem Declaração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	—	0,00
TOTAL	99,71	26,45	31,67	7,50	2,12	0,96	29,47	1,54

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970 (Tabulação Especial)

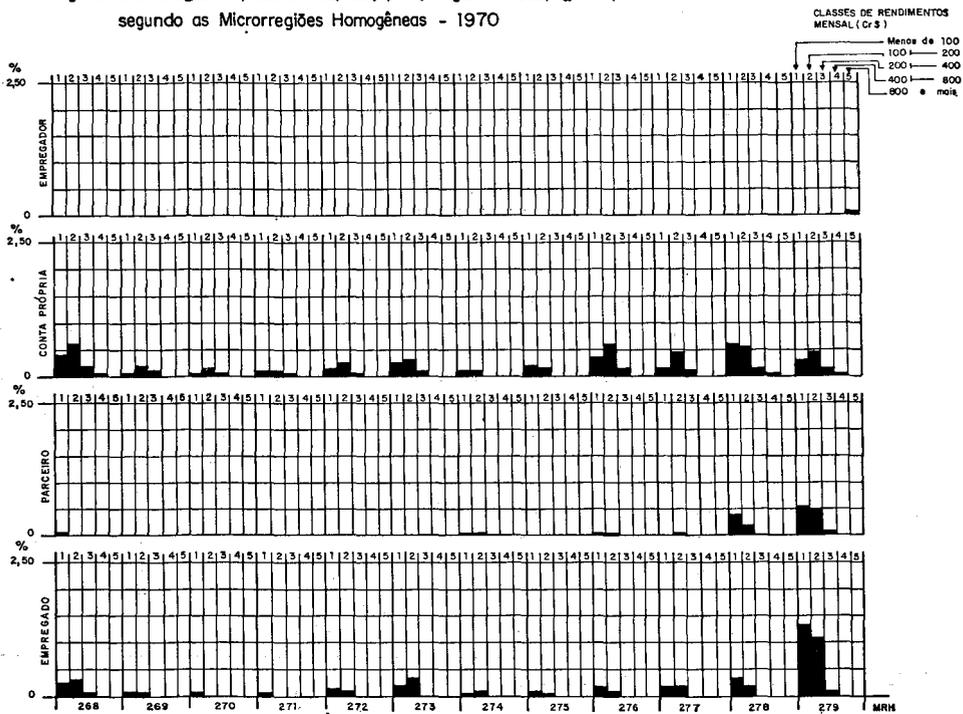
Em grandes linhas salienta-se a importância da produção para autoconsumo na sobrevivência de elevada fração da população rural. Ressalte-se o agravante de que, no caso dos trabalhadores assalariados, notadamente por não terem ligação com a terra, quando moram na cidade, torna-se profundamente difícil gerar esta produção para autoconsumo. De outro lado, por trabalharem só eventualmente, acresce a necessidade dessa produção para autoconsumo, resultando, com frequência, uma situação de marginalidade urbana na periferia da cidade, negativa socialmente.

Nas microrregiões cujo processo de crescimento é mais dinâmico, o norte, o oeste, onde também aparecem grandes propriedades e a utilização de força mecânica e animal, há considerável concentração dos empregados nas classes de rendimento menos de 100 e de 100 a 200 cruzeiros mensais (tabelas 6 e 7). Observe-se também que em nenhuma microrregião os empregados aparecem tendo ganhos acima de 400 cruzeiros mensais. Esta situação apresenta significativa aproximação com as condições econômicas e demográficas da ocupação do norte e do oeste, conforme ressaltados algures nestas notas.

Tanto os parceiros quanto os trabalhadores por conta própria também percebem baixos rendimentos mensais. Naquele caso não é ressaltável a presença em faixas mais altas de rendimento, enquanto que neste, ainda que discretamente, há presença nas classes acima de 400 cruzeiros mensais (figuras 3a e 3b). Cumpre notar que a produção de excedente comercializável desse pessoal, parceiros e conta própria, é reduzido.

No caso dos empregadores pode-se afirmar que é pequena a participação dos ganhos pessoais no ganho total, devendo predominar o ganho líquido do estabelecimento, dado não disponível. Ademais, também no caso dos trabalhadores por conta própria já há algum ganho líquido do estabelecimento no ganho total, ainda que se deva manifestar mais discretamente do que no caso dos empregadores.

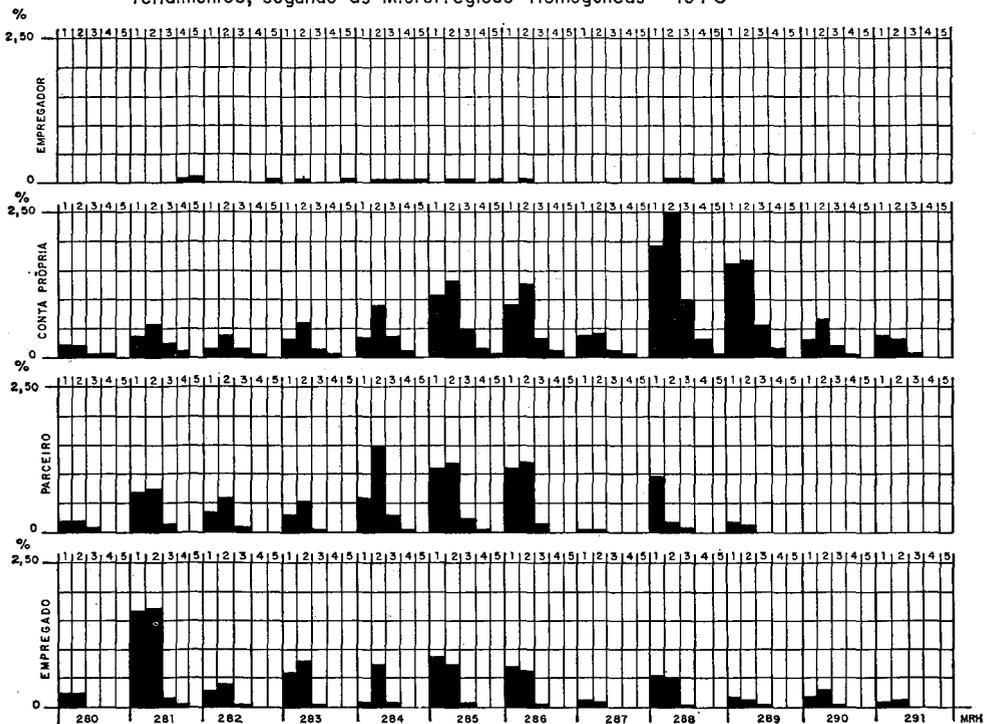
Fig.3a - Distribuição do pessoal ocupado, por posição na ocupação e por classes de rendimentos, segundo as Microrregiões Homogêneas - 1970



Fonte: IBGE - Tabulações especiais do censo demográfico - 1970

DILUS/S.01 - M.J.S.A.

Fig.3b - Distribuição do pessoal ocupado, por posição na ocupação e por classes de rendimentos, segundo as Microrregiões Homogêneas - 1970



Fonte: IBGE - Tabulações especiais do censo demográfico

DILUS/S.01 - LCMC

TABELA 6

Percentual, Sobre o Estado, do Pessoal Ocupado no Setor Primário, Como Empregado e Parceiro, por Classes de Rendimento Mensal Segundo as Microrregiões Homogêneas — 1970

ESTADO E MRH	EMPREGADO					PARCEIRO				
	Classes de Rendimento Mensal (Cr\$)									
	Menos de 100	100 — 200	200 — 400	400 — 800	800 e mais	Menos de 100	100 — 200	200 — 400	400 — 800	800 e mais
PARANÁ	8,75	9,09	0,89	0,10	0,01	6,83	7,28	1,30	0,20	0,02
268	0,27	0,29	0,04	0,00	0,00	0,03	0,02	0,01	0,00	0,00
269	0,06	0,07	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
270	0,05	0,04	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00
271	0,07	0,03	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00
272	0,13	0,09	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00
273	0,18	0,33	0,03	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00
274	0,07	0,10	0,01	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00
275	0,10	0,03	0,00	0,00	0,00	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00
276	0,18	0,11	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03	0,00	0,00	0,00
277	0,21	0,21	0,01	0,00	0,00	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00
278	0,34	0,19	0,01	0,00	0,00	0,37	0,22	0,02	0,00	0,00
279	1,37	1,12	0,08	0,01	0,00	0,57	0,51	0,08	0,01	0,00
280	0,24	0,24	0,01	0,00	0,00	0,21	0,18	0,03	0,00	0,00
281	1,56	1,72	0,17	0,03	0,01	0,71	0,75	0,16	0,02	0,00
282	0,32	0,38	0,05	0,01	0,00	0,36	0,63	0,11	0,02	0,00
283	0,61	0,82	0,06	0,00	0,00	0,32	0,55	0,07	0,01	0,00
284	0,10	0,73	0,09	0,01	0,00	0,00	1,43	0,28	0,04	0,00
285	0,83	0,73	0,09	0,02	0,00	1,12	1,20	0,27	0,06	0,01
286	0,72	0,65	0,06	0,01	0,00	1,08	1,19	0,15	0,02	0,01
287	0,17	0,11	0,01	0,00	0,00	0,06	0,05	0,01	0,00	0,00
288	0,55	0,49	0,06	0,01	0,00	0,97	0,22	0,11	0,02	0,00
289	0,22	0,17	0,03	0,00	0,21	0,21	0,14	0,02	0,00	0,00
290	0,21	0,30	0,03	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00
291	0,09	0,14	0,02	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970 (Tabulação Especial)

TABELA 7

Percentual, Sobre o Estado, do Pessoal Ocupado no Setor Primário, Como Conta Própria e Empregador, por Classes do Rendimento Mensal Segundo as Microrregiões Homogêneas — 1970

ESTADO E MRH	CONTA PRÓPRIA					EMPREGADOR				
	Classes de Rendimento Mensal (Cr\$)									
	Menos de 100	100 — 200	200 — 400	400 — 800	800 e mais	Menos de 100	100 — 200	200 — 400	400 — 800	800 e mais
PARANÁ	10,65	14,60	4,79	1,38	0,22	0,11	0,34	0,24	0,20	0,35
268	0,41	0,58	0,18	0,04	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01
269	0,07	0,21	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
270	0,05	0,16	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
271	0,10	0,10	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
272	0,17	0,25	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
273	0,27	0,32	0,09	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
274	0,11	0,11	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
275	0,19	0,13	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
276	0,40	0,62	0,15	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00
277	0,16	0,46	0,12	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
278	0,61	0,55	0,13	0,04	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01
279	0,30	0,44	0,14	0,07	0,01	0,01	0,02	0,02	0,02	0,03
280	0,19	0,20	0,07	0,03	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
281	0,36	0,54	0,23	0,10	0,02	0,01	0,02	0,02	0,04	0,08
282	0,15	0,34	0,15	0,06	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01	0,03
283	0,31	0,60	0,15	0,06	0,02	0,01	0,03	0,02	0,02	0,03
284	0,31	0,88	0,35	0,11	0,02	0,00	0,04	0,05	0,03	0,03
285	1,09	1,32	0,50	0,15	0,04	0,01	0,04	0,03	0,02	0,03
286	0,92	1,27	0,31	0,09	0,01	0,02	0,05	0,02	0,01	0,01
287	0,36	0,42	0,12	0,03	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00
288	1,88	2,48	1,02	0,30	0,04	0,02	0,05	0,03	0,02	0,04
289	1,58	1,65	0,56	0,15	0,01	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01
290	0,32	0,66	0,22	0,06	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01
291	0,34	0,28	0,05	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1970 (Tabulação Especial).

NOTA: A diferença entre a soma das parcelas e o respectivo total decorre do arredondamento dos dados.

TABELA 8

Salários Médios Mensais do Trabalho nos Estabelecimentos Agrícolas do Paraná — 1970

PREÇO MÉDIO ESTADUAL		ADMINISTRADOR	CAPATAZ	TRATORISTA	TRABALHADOR PERMANENTE	TRABALHADOR EVENTUAL
1.º mês	Cr\$/mês	228,99	187,97	185,33	110,89	(1)4,71 (Cr\$/dia)
	1966 = 100	204	239	223	195	191
2.º Sem.	Cr\$/mês	253,47	204,40	210,34	138,85	(1)5,32 (Cr\$/dia)
	1966 = 100	226	254	253	244	216

FONTE: Fundação Getúlio Vargas, Centro de Estudos Agrícolas.

(Caso houvesse trabalhado 25 dias/mês teria recebido 117,75 e 133,00, respectivamente, no 1.º e no 2.º semestres).

TABELA 9

Paraná — Colheita da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias no Ano de 1970 Segundo Microrregiões Homogêneas

ESTADO E MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS	PRODUÇÃO (Tonelada)							
	Algodão com caroço	Arroz com casca	Batata inglesa	Feijão em grão	Milho em grão	Trigo em grão	Soja em grão	Café (1)
MICRORREGIÕES	348 535	195 776	159 851	89 444	854 153	190 375	158 851	116 900
268	—	1 015	62 063	1 260	17 233	4 419	65	—
269	—	1 940	1	108	1 422	—	—	41
270	—	232	2	774	7 588	—	—	8
271	—	95	4 857	211	3 914	2 334	59	—
272	—	1 976	14 465	464	4 185	5 297	655	—
273	—	14 092	28 514	322	6 130	19 481	10 430	2
274	—	2 507	110	1 876	17 606	1 797	992	39
275	—	2 000	309	561	4 159	677	4	—
276	—	4 948	22 815	2 462	17 127	4 780	555	—
277	0	4 532	2 574	1 492	16 846	1 508	109	20
278	6	11 059	12 061	19 300	65 067	6	20	10 977
279	44 555	18 591	128	4 132	40 592	12 146	15 411	37 464
280	42 047	2 944	2	912	14 656	4 111	4 250	1 286
281	60 929	12 551	359	1 366	53 139	8 309	11 415	28 961
282	13 027	3 796	243	424	10 866	5 763	20 262	920
283	30 773	6 453	14	1 051	14 530	527	2 197	3 704
284	5 723	8 408	79	2 207	17 994	2 263	3 589	9 321
285	60 033	7 832	126	7 386	34 841	1 916	14 487	10 453
286	82 846	29 017	58	7 048	85 504	10 891	25 981	10 108
287	167	4 392	315	1 636	32 350	2 271	87	120
288	8 429	24 449	685	14 691	190 607	25 882	38 162	3 471
289	0	10 859	1 705	15 814	115 376	35 554	5 097	3
290	0	16 564	7 826	2 401	54 039	37 538	4 825	—
291	—	6 523	541	1 447	28 384	2 930	198	—

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário do Paraná, 1970.

(1) Embora inserida na tabela, é cultura permanente.

TABELA 10

Total de Empregados no Setor Agrícola nas Microrregiões Segundo Situação de Domicílio — Paraná — 1970

MICRORREGIÕES	EMPREGADOS				
	Totais	Rural		Urbana	
		N.º	%	N.º	%
268	8 972	7 093	79,00	1 879	20,00
269	2 057	1 843	89,00	214	10,00
270	1 409	1 341	95,00	68	4,00
271	1 427	1 351	94,00	76	5,00
272	3 462	3 022	87,00	440	12,00
273	8 025	6 325	78,00	1 700	21,00
274	2 642	2 284	86,00	358	13,00
275	1 993	1 941	97,00	52	2,00
276	4 468	4 102	91,00	366	8,00
277	6 216	5 934	95,00	282	4,00
278	7 999	7 035	87,00	964	12,00
279	37 689	30 584	81,00	7 105	18,00
280	7 484	6 674	88,00	810	11,00
281	52 613	44 059	83,00	8 554	16,00
282	11 574	8 071	69,00	3 503	30,00
283	21 984	17 789	80,00	4 195	19,00
284	17 928	15 180	84,00	2 748	15,00
285	25 209	21 341	84,00	3 868	15,00
286	21 467	18 889	87,00	2 578	12,00
287	4 417	4 303	97,00	114	2,00
288	16 474	14 393	87,00	2 081	12,00
289	6 405	5 472	85,00	933	14,00
290	7 838	7 110	90,00	728	9,00
291	3 752	3 359	89,00	393	10,00

FONTE: IBGE, Tabulações Especiais do Censo Demográfico - 1970.

Não obstante a situação descrita nesta seção, a que nos levou à análise dos dados censitários, vislumbra-se, conforme a tabela 8, a existência de trabalho qualificado nos estabelecimentos agrícolas com remuneração salarial mensal considerável. Tal é o caso de administrador, capataz e tratorista, percebendo salário acima do mínimo instituído para Curitiba nesta época. Os trabalhadores permanentes e eventual recebiam abaixo desse mínimo, contudo apresentam rendimentos em ascensão.

Parece-nos, antes que uma invalidação da análise anterior, a evidência de existência de uma agricultura capitalizada onde há lugar para pessoal qualificado, como é o caso de administrador, capataz e tratorista, deixando de lado os não qualificados que, postados na cidade e disponíveis em grande número, são aproveitados como trabalhadores eventuais sem condições de pressão para aumento de remuneração.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura brasileira se define por um caráter de heterogeneidade quanto aos aspectos estruturais e dinâmicos das suas macrorregiões, tanto quando comparadas entre si como também no interior de cada uma delas. Se se tomam unidades espaciais menores para efeito de

análise, como no caso do Paraná, verifica-se a persistência dessas características, mesmo considerando apenas alguns componentes da sua estrutura agrícola. No caso concreto dos dados aqui utilizados, pôde-se evidenciar a existência de características sócio-econômicas distintas entre as microrregiões daquele Estado, destacando-se um conjunto delas, sobretudo ao norte e oeste, onde aquelas características parecem mostrar que o processo de desenvolvimento capitalista se tem intensificado com mais rapidez em que outras áreas.

A introdução de novos produtos que se fizeram acompanhar de técnicas mais modernas, o que representa um processo de respostas à tendência de mercado, interno e externo, trouxe conseqüências sobre a estrutura de ocupação das regiões afetadas por tais transformações. Grosso modo, isto leva a crer que este processo deve ter levado a uma liberação de mão-de-obra, notadamente aquela residente, uma vez que toda unidade de terra carecia, em termos empresariais, de ser incorporada ao pleno processo produtivo. É possível também crer que esta mão-de-obra liberada fluiu para os centros urbanos, contribuindo para a formação de mão-de-obra excedente, que pode vir a ser usada, de forma assalariada no campo, em épocas eventuais.

Pode-se ainda sugerir que a esta mão-de-obra liberada, postada nas cidades, disponível para trabalhos agrícolas, vieram se somar pequenos proprietários. Assim, a concentração de terras, que estaria ocorrendo a partir de vantagens de mercado, pressiona os pequenos proprietários a se desfazerem de suas terras. Para se comprovar esta hipótese seria importante estabelecer uma análise da evolução da estrutura fundiária a partir dos dados censitários.

Observe-se, ademais, que, não obstante os baixos percentuais, o número de empregados na zona rural, já em 1970, aparecia com mais freqüência nas áreas onde hoje se observa a maior incidência de mão-de-obra volante. Segundo informações da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná³, as regiões onde atualmente ocorre maior concentração desta categoria de trabalhador agrícola são as de Jacarezinho (MRH 279), Norte Novo de Paranavaí (MRH 283), Norte Novíssimo de Umuarama (MRH 285) e de Campo Mourão (MRH 286). É possível, portanto, inferir que tenha havido mudanças nas forças produtivas e nas relações de produção capazes de levarem a um agravamento do fenômeno "bóia-fria".

Finalmente, tomando-se o rendimento como um indicador de nível de vida, constata-se que, de modo geral, era bastante baixo em todo o estado. Estudos que caracterizassem o caráter diário ou mensal ou ganho pessoal e sua evolução em termos reais seriam bastante úteis para melhor compreensão do problema.

3 Ver FETAEP, "Trabalhador Volante — bóia fria", II Reunião Anual Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, Botucatu, dezembro, 1976.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- D'INCAO E MELLO, M. C. *O bóia-fria — acumulação e miséria*, Petrópolis Vozes, 1974.
- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ (FETAEP). *Trabalhador Volante (bóia-fria) II Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura*. Botucatu, dez., 1976.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Agropecuária — preços das terras, do trabalho e dos serviços. *Conjuntura Econômica*, vol. 28 (junho, 1974), pp. 42-62.
- GOMES DA SILVA, José, e RODRIGUES, Vera L. G. da Silva. *O Bóia-fria — Contradição de uma Agricultura em Tentativa de Desenvolvimento*, *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária* vol. 5 (set./out., 1975), pp. 2-44.
- GONZALEZ, E. N. e BASTOS, M. V. *Migração Rural e o Trabalhador Volante na Agricultura Brasileira*, Universidade de Brasília, *Série Sociológica*, n.º 5, 1974, mimeografado.
- NICHOLLS, William. *A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920/65*. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 24 (out./dez., 1970), pp. 33-91.
- PAIVA, Ruy Miller. *Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira*, *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola*, Editado por Cláudio Roberto Contador. Rio de Janeiro IPEA/INPES, 1975, pp. 195-232.